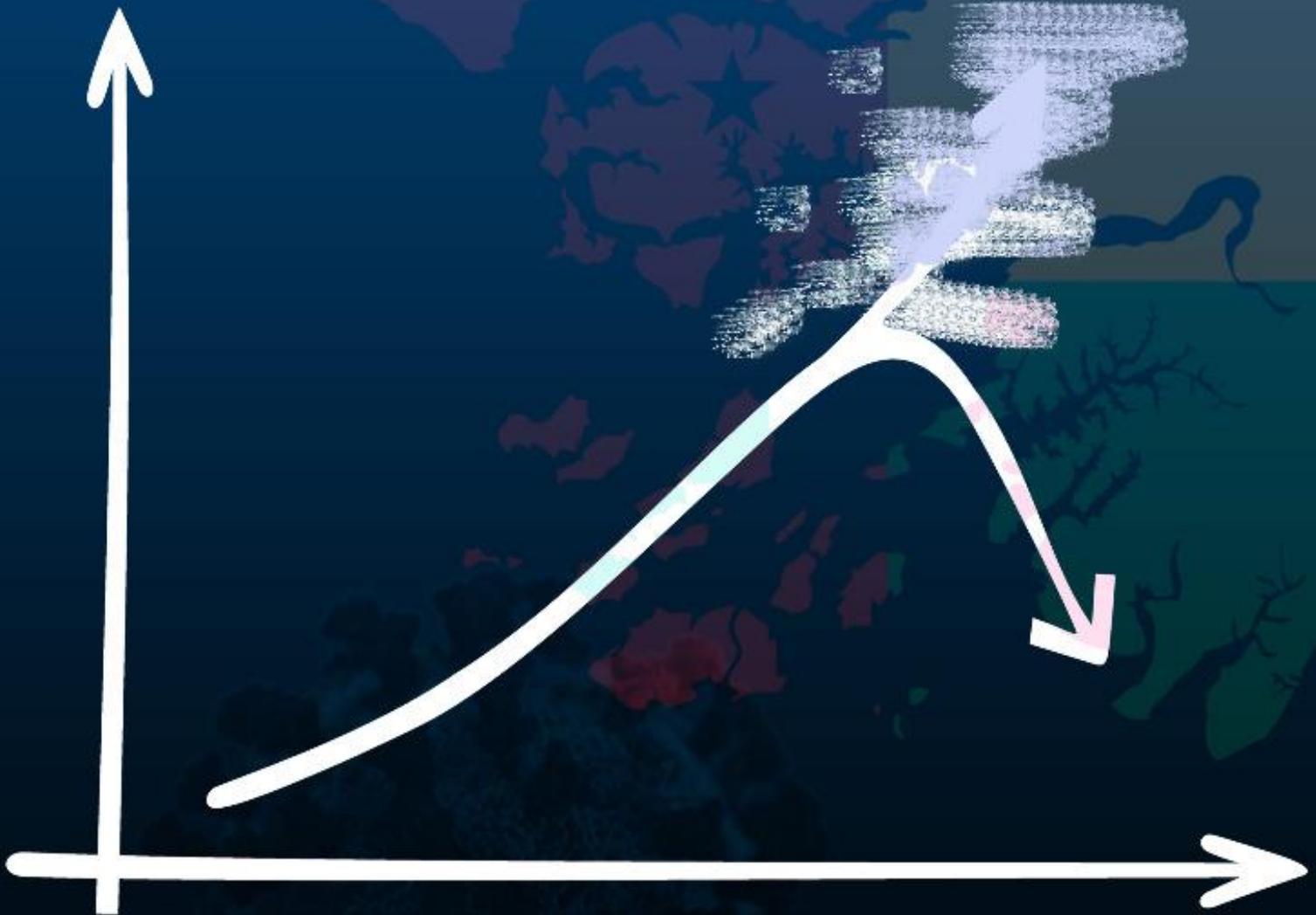




AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NA ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU



Equipa Técnica

Núcleo de Coordenação

Nivaldo CORREIA MENDES: Diretor Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE), E-mail: corre_ia@yahoo.fr

Mussa SAMBI: Diretor Geral da Economia (DGE), E-mail: m.sambi@hotmail.com

Issa JANDI: Diretor Geral do Plano (DGP), E-mail: issajandi@hotmail.com

Carlos COSTA: Diretor Geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), E-mail: Carlos.cameco@gmail.com

~ ~

Assistentes Técnicos

Sebastian SCHABER: Assistente ODI afeto à DGPEE

Carlos Coco GAMITO: Assistente ODI afeto à DGP

~ ~

Pessoas recurso

José BIAI

António CÓ

Simão SEMEDO

Supervisor

José Carlos Varela Casimiro

Índice

| | |
|---|-----------|
| RESUMO EXECUTIVO | I |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| METODOLOGIA..... | 2 |
| 1. COVID-19: SURGIMENTO E MEDIDAS..... | 3 |
| 1.1. SURGIMENTO DA PANDEMIA COVID-19 | 3 |
| 1.2. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE | 3 |
| 2. IMPACTO DA COVID-19 NA ECONOMIA – PANORAMA SECTORIAL..... | 5 |
| 2.1. SETOR PRIMARIO | 5 |
| 2.2. SETOR SECUNDARIO | 6 |
| 2.3. SETOR TERCIARIO | 8 |
| 3. ESTIMATIVA DAS IMPLICAÇÕES (MODELO TCHINTCHOR) | 11 |
| 3.1. SETOR REAL..... | 11 |
| 3.2. FINANÇAS PUBLICAS | 12 |
| 3.3. SETOR EXTERNO | 13 |
| 3.4. SETOR MONETARIO..... | 13 |
| 4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES..... | 13 |
| 4.1. CONCLUSÃO | 13 |
| 4.2. RECOMENDAÇÕES | 14 |
| ANEXOS..... | 16 |

Lista de Siglas

| | | |
|------------|---|---|
| CEMO | : | Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental |
| COVID-19 | : | Infeção viral (doença) provocada pelo SARS-CoV-2 |
| DGA | : | Direção Geral das Alfândegas |
| DGCI | : | Direção Geral das Contribuições e Impostos |
| DGE | : | Direção Geral da Economia |
| DGP | : | Direção Geral do Plano |
| DGPEE | : | Direção geral da Previsão e Estudos Económicos |
| FCFA | : | Franco da Comunidade Financeira da Africana |
| FMI | : | Fundo Monetário Internacional |
| GMT | : | Tempo Médio de Greenwich |
| INE | : | Instituto Nacional da Estatística |
| LNSP | : | Laboratório Nacional da Saúde Pública |
| OMS | : | Organização Mundial da Saúde |
| PIB | : | Produto Interno Bruto |
| SARS-CoV-2 | : | Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2 « <i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i> » |
| SPSS | : | <i>Statistical Package for the Social Sciences</i> ” |
| STATA | : | <i>Statistic Data Analysis</i> |
| T | : | Toneladas |
| USD | : | Dólar dos Estados Unidos da América |

Lista de gráficos

- Gráfico nº1 : Crescimento do PIB real versus crescimento da produção da castanha de caju em valor
- Gráfico nº2 : Volume de negócio (setor secundário): diferença entre o volume médio de negócio mensal antes e no decorrer da Covid-19 por tamanho de empresa
- Gráfico nº3 : Volume de negócio (setor secundário): diferença entre o volume médio de negócio mensal antes e no decorrer da Covid-19 por subsector
- Gráfico nº4 : Força de Trabalho (setor secundário): numero médio de trabalhadores despedidos no decorrer da COVID-19 por tamanho de empresa
- Gráfico nº5 : Força de Trabalho (setor secundário): numero médio de trabalhadores despedidos no decorrer da COVID-19 por subsector
- Gráfico nº6 : Volume de negócio (setor terciário): diferença entre o volume médio de negócio mensal antes e no decorrer da Covid-19 por tamanho de empresa
- Gráfico nº7 : Volume de negócio (setor terciário): diferença entre o volume médio de negócio mensal antes e no decorrer da Covid-19 por subsector
- Gráfico nº8 : Força de Trabalho (setor terciário): numero médio de trabalhadores despedidos no decorrer da COVID-19 por tamanho de empresa
- Gráfico nº9 : Força de Trabalho (setor terciário): numero médio de trabalhadores despedidos no decorrer da COVID-19 por subsector
- Gráfico nº10 : Previsão do crescimento do PIB real para 2020 e 2021
- Gráfico nº11 : Gráfico nº 11: receitas da DGA e DGCI nos primeiros cinco meses dos anos 2018 a 2020

RESUMO EXECUTIVO

Em 31 de Dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial da Saúde (OMS) um conjunto de casos de pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores do mercado de peixe e mariscos na cidade de Wuhan, Província de Hubei. A 7 de Janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente causador da doença COVID-19.

Depois da China, a COVID-19 alastrou-se para vários países, sendo declarada pela OMS como uma pandemia. A Guiné-Bissau não escapou a esta pandemia. Desde o dia 25 de Março de 2020, em que as Autoridades Nacionais confirmaram oficialmente os 2 primeiros casos positivos da COVID-19 e até ao momento da elaboração do presente estudo, já foram confirmados 1.256 casos, dos quais 8 óbitos e apenas 42 casos recuperados.

As primeiras medidas preventivas tomadas pelas Autoridades Nacionais no âmbito da prevenção e combate à pandemia de COVID-19 resumem-se no seguinte: (i) encerramento das fronteiras bem como serviços não essenciais, incluindo restaurantes, bares, discotecas e locais de culto religioso; (ii) instauração do Estado de Emergência; (iii) restrição de atividades e Estabelecimento de recolher obrigatório; (iv) confinamento das pessoas infetadas.

Essas medidas internas, conjugadas com a contração da economia mundial, as incertezas sobre a duração da crise e a queda do preço das matérias-primas nomeadamente o da castanha de caju, terão um forte impacto na economia guineense.

Com o objetivo de contribuir na avaliação das implicações económicas e sociais desta pandemia, duas abordagens complementares foram adotadas neste estudo. A primeira é referente ao uso do método de inquérito (cobrindo todo o território nacional) e a

segunda diz respeito a utilização do modelo de previsão macroeconómica “Tchintchor”.

Os resultados apresentam-se como se segue:

- **Impacto económico e social – panorama setorial (resultados do inquérito)**

Setor primário: no cômputo externo, denota-se uma contração da procura global da castanha de caju com o fecho das fábricas, sobretudo, nos principais países recetores das nossas exportações (Índia e Vietnã). Esta situação conjugada com as limitações de circulação a nível interno exerceram pressão sobre o preço internacional de caju, levando o mesmo a se situar entre 700 a 800 USD¹ por tonelada contra 950 a 1415 USD no ano anterior. No plano interno, a abertura oficial da campanha de comercialização da castanha de caju ocorreu tardiamente, favorecendo a prática de preços junto ao produtor em torno de 250 FCFA/Kg contra o preço de referência de 375 FCFA/Kg fixado pelo Governo. Do lado do financiamento, até a primeira quinzena do mês de Abril do ano corrente, os pré-financiamentos a campanha de comercialização oscilavam em torno dos 3 mil milhões de FCFA, contra a média anual de 17 mil milhões no mesmo período nos últimos 5 anos. A produção, inicialmente perspectivada em mais de 200 mil toneladas, corre o risco de se situar muito aquém desta quantidade, devido entre outros fatores, as condições climáticas pouco favoráveis.

A queda do rendimento das famílias, decorrente do contexto acima descrito, tem causado o agravamento da insegurança alimentar e nutricional, já presente na vida da população guineense. Segundo o boletim n.º6 de março 2020 do Programa Alimentar

¹ Preços estimados até abril de 2020

Mundial, “em setembro de 2019, 30,7% dos agregados familiares na Guiné-Bissau apresentavam insegurança alimentar, ou seja, cerca de 368.458 pessoas. Essa proporção foi de 19,2% nos agregados familiares urbanos e 34,2% nos agregados rurais”.

Setor secundário: o volume de negócio médio mensal das empresas inqueridas do setor secundário saiu de 4,62 mil milhões FCFA para 2,63 mil milhões FCFA, uma taxa de variação negativa (diminuição) de 43,1%. As implicações negativas mais importantes são registadas nas médias empresas com 140 milhões de FCFA (-97,4%); micro empresas com quase 3 milhões de FCFA (-69,7%) e pequenas empresas com 37 milhões de FCFA (-38,0%). Fazendo foco por subsectores, a redução em média do volume de negócio se apresenta como se segue: construção em 155 milhões FCFA (-96,6%), agroindústria em 20 milhões FCFA (-88,7%) e indústria em 16 milhões FCFA (-35,6%). O subsector de energia aumentou o seu volume de negócios médio em 51 milhões FCFA (8,9%). Todavia, esta situação disfarça a queda em algumas centrais elétricas nomeadamente nas regiões.

O emprego no setor secundário também viu-se afetado pela crise económica desencadeada pela COVID-19. O número de trabalhadores empregados nas empresas do setor que responderam ao inquérito passou de 2 698 para 1 581, uma redução de 41,4%. O grosso dos despedimentos, em termos relativos, concentra-se nas médias (59,2%) e pequenas empresas (39,1%). Analisando por subsectores, as empresas do subsector da agroindústria são aquelas que mais reduziram a sua força de trabalho, com uma média de 45 despedimentos (-60,6%). Seguem as empresas no subsector da construção com uma média de 51 despedimentos (-52,1%) e as empresas do subsector da extração que

despediram em média 34 trabalhadores (-77,3%).

Setor terciário: o volume de negócio médio mensal dos inqueridos caiu de 7,4 mil milhões FCFA no período antes da crise para 2,66 mil milhões de FCFA durante a crise, o que representa uma redução de -64,1%. A queda média mensal observada no volume de negócios é de 34,8 milhões de FCFA (-76,5%) nas pequenas empresas; 6,2 milhões de FCFA (-88,6%) nas micro empresas; 6,1 milhões de FCFA (-74,6%) nas empresas individuais e; 38,6 milhões de FCFA (-32,9%) nas médias empresas. Vendo por subsectores, as empresas do subsector do comércio registraram uma quebra no volume de negócios em média mensal de 18,9 milhões de FCFA. As associações perderam em média 15,2 milhões de FCFA. No subsector financeiro a diminuição do volume de negócios das empresas inqueridas em média mensal é de 30,9 milhões FCFA. No subsector de serviços, é de 5,4 milhões de FCFA. O subsector do turismo perdeu 9,5 milhões de FCFA em média mensal e o subsector do transporte registrou uma queda média mensal de 3,1 milhões de FCFA no seu volume de negócio.

O emprego no setor terciário também viu-se afetado pela crise económica causada pela COVID-19. Os trabalhadores das empresas do setor que responderam ao inquérito passaram de 4217 a 2475, uma redução de 41,3%. O grosso dos despedimentos no setor concentra-se nas médias e pequenas empresas, com respectivamente 35 (-43,7%) e 7 (-38,1%) despedimentos em média. O subsector de transportes e do turismo são aquelas que mais reduziram as suas forças de trabalho, com 3 (-73,3%) e 12 trabalhadores (-53,7%) despedimentos em média respectivamente.

- **Resultado das estimativas com o modelo Tchitchor**

A estimativa das implicações com o modelo *Tchinchor*, sustentam uma contração do PIB real em 2,9% contra as projeções 5,6% em setembro de 2019, tudo num clima de preços ao consumidor com tendência crescente e a deterioração da situação das Finanças Públicas, traduzido num Saldo Global estimado em -83,9 mil milhões de FCFA, ou seja -10,3% do PIB nominal em 2020. O saldo da balança de pagamento apresentará um défice de 32,9 mil milhões de FCFA decorrentes essencialmente da degradação do saldo da conta das transações correntes. Quanto a massa monetária, poderá atingir os 370,4 mil milhões de FCFA, abaixo dos 417,4 mil milhões previstos em setembro de 2019.

Em última análise, conclui-se que a crise sanitária afetou de forma geral a atividade económica nacional, muito embora a dimensão do prejuízo viria tendo em conta a sensibilidade do sector. Os canais de transmissão são aquelas tradicionais, uns provenientes de mutações a nível externo e outros, verificados internamente.

A curto prazo, os riscos continuam elevados. A amplitude do impacto dependerá muito da duração da pandemia. Se a pandemia continuar e piorar, o país entrará numa recessão ainda mais profunda, com efeitos devastadores na saúde, educação e no bem-estar da população. O impacto da pandemia aumentará significativamente a vulnerabilidade do país no que tange ao endividamento. De facto, face a necessidade de financiar as despesas sentir-se-á a necessidade de recorrer cada vez mais aos empréstimos para financiar os défices orçamentais maiores. A queda das receitas pode levar à redução de serviços públicos essenciais durante a pandemia e reduzir ainda mais a atividade económica.

Entre várias medidas de reforço à resiliência da nossa economia, sugere-se as seguintes:

A nível económico:

- Priorizar o apoio as empresas mais afetadas pela pandemia com planos de recuperação que possam ajudar ao crescimento da economia a longo prazo, ou seja aquelas que preveem investir em formação de capital fixo e humano;
- Condicionar a concessão de créditos a apresentação de planos de recuperação criação de novos postos de trabalho e apresentação de plano de contabilidade.
- Priorizar os apoios com base nos seguintes critérios por ordem de importância: 1) apoiar o setor secundário dado o seu potencial na promoção do desenvolvimento económico; 2) priorizar os subsectores que sofreram a maior queda do volume de negócio; 3) direcionar as medidas de relançamento das micros, pequenas e médias empresas, que sofreram maior queda relativa do volume de negócio mas conservaram o posto de trabalho;
- Melhorar e reforçar o investimento público (construção de centros de saúde; aquisição de equipamentos de saúde e formação) com vista a tornar acessíveis os serviços de saúde de qualidade, saneamento básico e proteção social;
- Promover, através de incentivos e acesso ao crédito, a transformação local dos nossos produtos;
- Promover a diversificação das exportações por intermédio de mecanização da produção agrícola e criação de frota nacional de pescas;
- Propiciar o clima de investimento com vista ao desenvolvimento do

setor privado e atração de novos investimentos;

- Diversificar as fontes de financiamento da economia tendo em conta a fraca capacidade de sustentabilidade da nossa externa
- Reorganização do setor comercial, com destaque para a formalização dos informais (emissão gratuita de cartão de empreendedor), melhoria do registo das suas atividades, etc.

A nível fiscal

- Prorrogar os prazos para pagamento dos impostos;
- Eliminar as multas e penalidades devidas no período da pandemia.

INTRODUÇÃO

O ano 2019 terminou com o surgimento do surto do novo coronavírus (COVID-19). Em Dezembro desse ano, a China reportou à Organização Mundial da Saúde (OMS) um conjunto de casos de pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores do mercado de peixe e mariscos vivos na cidade de Wuhan, Província de Hubei. A 7 de Janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente causador da doença COVID-19. Devido o seu rápido alastramento para vários países em todos os continentes, a COVID-19 foi declarada pela OMS como uma pandemia.

Os especialistas consideram a pandemia da COVID-19 como uma grande tragédia humana e conseqüentemente uma ameaça sem precedentes para a economia mundial.

As autoridades nacionais da área económica, preocupadas com esta situação, porquanto a Guiné-Bissau continuar sendo um país dependente do exterior economicamente, o que torna previsível que a crise económica mundial que está sendo provocada pela COVID-19 vai afetar enormemente os esforços nacionais de relançamento e recuperação das atividades económicas após sucessivas crises político-institucionais, decidiram realizar o presente estudo para avaliar os impactos da pandemia da COVID-19 na economia nacional e tentar propor medidas para a sua mitigação.

Os impactos causados pelo novo coronavírus já são evidentes na economia nacional. A presente campanha de comercialização da castanha de caju é um dos exemplos das implicações negativas das medidas excepcionais de resposta à COVID-19. Na verdade, o encerramento das fronteiras, limitação de circulação de viaturas e a quase interrupção das atividades nas unidades produtivas, a título de exemplo, têm e terão ainda mais impactos negativos sobre a economia do país. Dai, a necessidade deste estudo dividido em duas partes: A primeira é dedicada a avaliação do impacto da pandemia dos setores económicos e a segunda fase visa a elaboração, implementação, seguimento e avaliação do programa de relançamento e recuperação das atividades económicas pós-pandemia.

METODOLOGIA

Os Ministérios das Finanças e da Economia, Plano e Integração Regional, através da Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE), Direção Geral da Economia (DGE), Direção Geral do Plano (DGP) e Instituto nacional da Estatística (INE), decidiram unir esforços para a realização de um estudo sobre as implicações da COVID-19 na economia nacional. Para além do diagnóstico, o estudo visa, já na segunda fase, a elaboração, implementação, seguimento e avaliação da execução do programa de recuperação e de relance pós-pandemia.

Nesta primeira fase, consagrada ao apuramento das implicações, duas abordagens complementares serão adotadas. A primeira é referente ao uso do método de inquérito e a segunda diz respeito à utilização do modelo de previsão macroeconómica “*Tchintchor*” da Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE).

A primeira abordagem baseia-se na recolha, junto das entidades concernentes, de informações e dados relativos ao volume de negócio, número de trabalhadores; principais atividades e planos de recuperação.

Para o efeito, foram elaboradas três fichas de recolha de informação: *empresas; associações e instituições ministérios setoriais*. Para a realização do inquérito, recrutou-se e formou-se uma equipa de 16 inquiridores, dos quais 8 para o Setor Autónomo de Bissau (SAB) e oito para as regiões (um por região), os Delegados regionais do Plano e Estatística.

Os inquiridores foram colocados no terreno sob a supervisão de um coordenador geral. Ao todo, 388 empresas e associações foram inqueridas, algumas virtualmente. Os resultados do inquérito foram introduzidas e analisadas através dos aplicativos informáticos SPSS e STATA.

Em relação ao “*Tchintchor*”, é um modelo multissetorial de previsão macroeconómica construído a partir de tabela de *input-output*. Trata-se de uma representação em matriz de uma economia onde são retratadas as relações intersectoriais, ou seja como o output de um setor é o input para outro setor. Na linha, é normalmente enumerado os valores de uma categoria de produtos que são utilizados como consumo intermediário nos diferentes ramos de atividade. Na coluna, os valores correspondem aos vários consumos intermediários dos diferentes produtos usados por cada um dos ramos de atividade.

O formato do *Tchintchor* mostra, portanto, as relações de dependência de cada setor com os restantes da economia, enquanto recetor e fornecedor, pode assim prever o impacto de alterações num determinado setor (por exemplo o setor primário) sobre os outros setores e consequentemente sobre a economia de forma geral.

É com base nesta metodologia que se efetuou o presente trabalho de apuramento das implicações da pandemia da COVID-19 na economia nacional.

1. COVID-19: SURGIMENTO E MEDIDAS

1.1. Surgimento da pandemia COVID-19

Em 31 de Dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial da Saúde (OMS) um conjunto de casos de pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores do mercado de peixe e mariscos vivos na cidade de Wuhan, Província de Hubei. A 7 de Janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente causador da doença COVID-19.

Depois da China, a COVID-19 alastrou-se para vários países, sendo declarada pela OMS como uma pandemia, cujo epicentro deslocou-se rapidamente para Europa e depois para o continente americano, concretamente nos Estados Unidos da América. Esta pandemia gerou uma crise económica sem precedentes num curto espaço de tempo. Os impactos de longo prazo vão depender de quão rapidamente o novo coronavírus vai ser vencido.

Segundo as perspetivas económicas de abril de 2020 do FMI, a economia mundial vai sofrer uma contração de 3,0%, devido à paralisação quase total da atividade económica resultante da aplicação de medidas de Estado de Emergência observado repetidamente em todos os países afetados. Os países mais afetados são: Estados Unidos da América, Brasil, Rússia, Reino Unido, Espanha. Até 01 :00 GMT+1 de 31 de Maio de 2020, a COVID-19 já provocou mais de 367.255 óbitos dos 5.939.234 casos de infeções confirmados oficialmente nos 216 países, áreas ou territórios.

A velocidade e a intensidade da propagação a nível global da pandemia de COVID-19 tem preocupado os países, a OMS e outros organismos internacionais, incluindo comunidades científicas, obrigando a todo o mundo a procurar respostas em relação à sua transmissão, prevenção e tratamento.

1.2. Medidas de prevenção e combate

A Guiné-Bissau não escapou a esta pandemia. Desde o dia 25 de Março de 2020, em que as Autoridades Nacionais confirmaram oficialmente os 2 primeiros casos positivos da COVID-19, através do Laboratório Nacional da Saúde Pública (LNSP) e até ao momento da realização do presente estudo, já foram confirmados 1.256 casos, dos quais 8 óbitos e apenas 42 casos recuperados.

As primeiras medidas preventivas tomadas pelas Autoridades Nacionais no âmbito da prevenção e combate à pandemia de COVID-19 foram:

- Encerramento das fronteiras em 18 de Março de 2020, bem como serviços não essenciais, incluindo restaurantes, bares, discotecas e locais de culto religioso;
- Instauração do Estado de Emergência através do Decreto Presidencial nº 06/2020, de 27 de Março, no sentido de impedir a transmissão e propagação em toda a extensão do território nacional, através de um regime adequado à realidade, que permita estabelecer medidas excecionais e temporárias;
- Restrição de atividades ou isolamento de pessoas que não estão doentes, mas que podem estar expostas à COVID 19;
- Estabelecimento de recolher obrigatório pelo novo Decreto Presidencial de 11 de Abril de 2020 que renovou o estado de emergência em todo o território nacional, com fundamento na verificação de uma continuada situação de calamidade pública. O Estado de emergência será de seguida renovada por sete vezes;
- Distribuição de géneros alimentícios.

Essas medidas internas, conjugadas com a contração da economia mundial, as incertezas sobre a duração da crise e a queda do preço das matérias-primas nomeadamente o da castanha de caju, terão um forte impacto na economia guineense.

Com o objetivo de contribuir na avaliação das implicações económicas e sociais, foi realizado um inquérito em todo o território nacional, cujo impacto é a seguir apresentado e descrito.

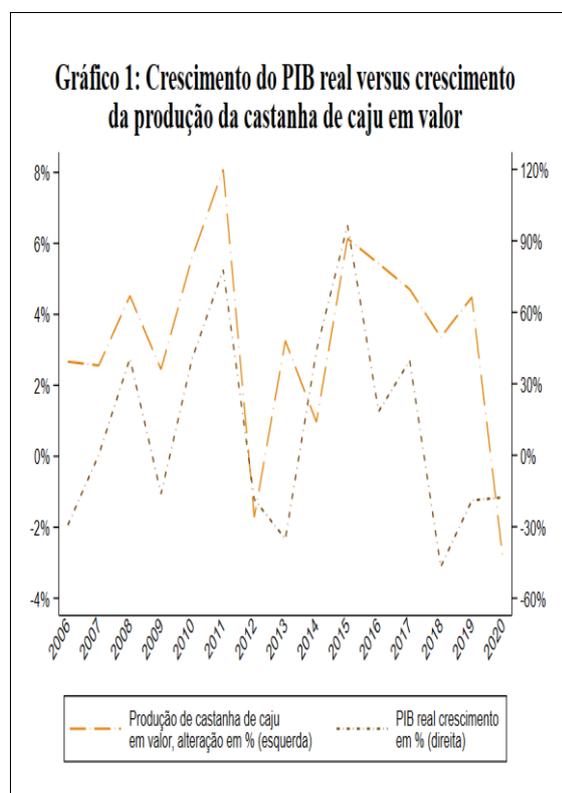
2. IMPACTO DA COVID-19 NA ECONOMIA – PANORAMA SECTORIAL

2.1. Setor primário

Historicamente o setor primário tem revelado maior efeito multiplicador nas franjas mais pobres da nossa população (rural). Entre 2015 e 2019, o setor tem contribuído com aproximadamente 35,1% na formação do Produto Interior Bruto.

Para a evolução do setor, a componente agrícola foi a maior impulsionadora graças à produção de caju, que emprega de forma direta e indireta mais de 80% da população ativa e constitui uma fonte importante de receitas para o Estado – (13,4% em média anual de 2015 a 2019).

Esta forte dependência da economia guineense da monocultura de caju, expõe o país a grande vulnerabilidade aos choques externos e internos.



A forte correlação entre o rendimento disponível proveniente da castanha de caju e o crescimento económico testemunha claramente a importância deste subsector na constituição da renda das famílias e por via do consumo, na atividade nos outros setores (secundário e terciário) e no crescimento económico de forma geral.

As medidas de contenção e mitigação adotadas por alguns países para limitar a propagação da COVID-19 constituíram um choque externo e interno forte no setor de caju:

No cômputo externo, denota-se uma contração da procura global com o fecho das fábricas, sobretudo, nos principais países recetores das nossas exportações (Índia e Vietnã). Esta situação conjugada com as limitações de circulação exerceram pressão sobre o preço internacional de caju, levando o mesmo a se situar entre 700 a 800 USD² por tonelada contra 950 a 1415 USD no ano anterior.

No plano interno e como consequências das medidas tomadas, a abertura oficial da campanha de comercialização da castanha de caju ocorreu tardiamente, favorecendo a prática de preços junto ao produtor em torno de 250 FCFA/Kg contra o preço de referência de 375 FCFA/Kg fixado pelo Governo. A esta situação acrescentam-se as dificuldades de obtenção de crédito e contratos por parte dos exportadores/intermediários. Até a primeira quinzena do mês de Abril do ano corrente, os pré-financiamentos a campanha de comercialização oscilavam em torno dos 3 mil milhões de FCFA, contra a média anual de 17 mil milhões no mesmo período nos últimos 5 anos. Um último elemento, também de relevo, diz respeito à produção, inicialmente perspectivada em mais de 200 mil toneladas, corre o risco de se situar muito aquém desta quantidade, devido entre outros fatores, as condições climáticas pouco favoráveis.

² Preços estimados até abril de 2020

Do lado positivo e com vista a contrapor as dificuldades de acesso ao crédito e reforçar o nível de liquidez dos bancos da praça, o Governo, injetou 15 mil milhões de FCFA no sistema financeiro (Bancos comerciais), para o financiamento da campanha de comercialização de castanha de caju. Contudo, este valor revela-se modesto se consideramos o preço de referência acima mencionado, pois permitiria comprar apenas 40 mil toneladas de castanhas de caju.

Do que precede e tendo em conta que o país já se encontra em plena época chuvosa, há riscos da baixa do nível da concorrência e consequente a diminuição, ainda mais, do preço ao produtor e uma parte da produção ficar nas mãos dos produtores sem poder ser comercializada. Essa tese é reforçada pela precariedade de vias de comunicação, pela insuficiência de armazéns de aprovisionamento da castanha e limitada capacidade do único porto para a exportação da mesma.

A queda do rendimento das famílias tem causado o agravamento da insegurança alimentar e nutricional, já presente na vida da população guineense. Segundo o boletim nº6 de março 2020 do Programa Alimentar Mundial, “em setembro de 2019, 30,7% dos agregados familiares na Guiné-Bissau apresentavam insegurança alimentar, ou seja, cerca de 368.458 pessoas. Essa proporção foi de 19,2% nos agregados familiares urbanos e 34,2% nos agregados rurais”.

Além da produção agrícola, o setor primário também inclui a (i) pecuária e caça; (ii) silvicultura e exploração florestal; e (iii) Pescas e aquacultura, com uma contribuição média respetivamente de 3,5%; 0,7% e 2,2% entre 2015 e 2019 na formação do PIB. Admite-se todavia que estes subsectores não serão substancialmente impactados pelas medidas de prevenção e combate ao coronavírus adotados e aplicados pelas autoridades, mesmo se é reconhecido que possa haver implicações notórias no concernente aos constrangimentos ao seu desenvolvimento.

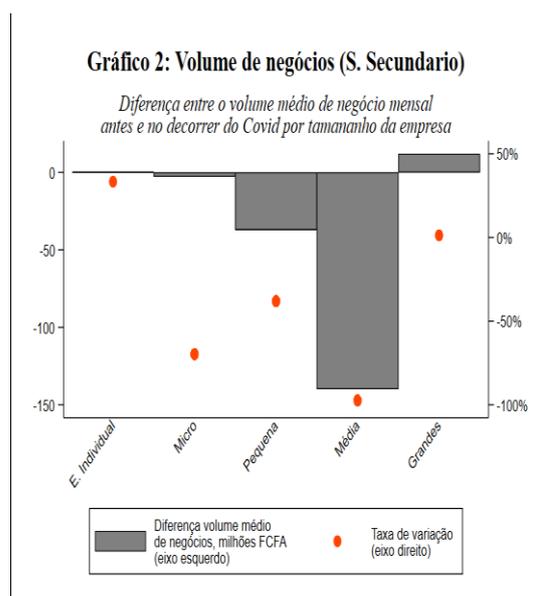
2.2. Setor secundário

A história da evolução económica leva-nos a reconhecer que a industrialização foi considerada como umas das primeiras atividades económicas da Guiné-Bissau após a independência. Mas por falta de uma estratégia coerente e de uma política sectorial adequada e de investimentos consequentes, o sector acabou por cair em decadência. Um olhar retrospectivo no período de 2015 a 2019 corrobora a quase estagnação do setor com uma contribuição média anual na formação do PIB de apenas 12,1%.

O inquérito realizado abrange 49 empresas do setor secundário com destaque para as unidades industriais, particularmente no processamento de castanha de caju, na indústria manufatureira e construções.

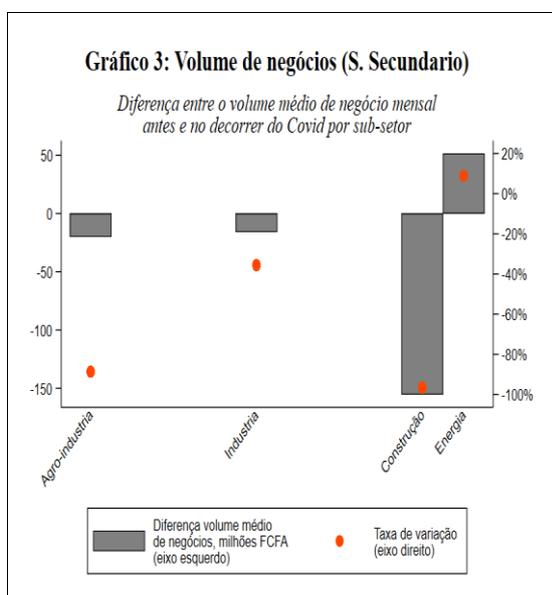
Impacto da COVID-19 no volume de negócio

Os resultados do inquérito revelam que 86% das empresas inqueridas no setor secundário referiram que a pandemia implicou uma diminuição do volume de negócios. Efetivamente, o volume de negócio médio mensal das mesmas saiu de 4,62 mil milhões FCFA para 2,63 mil milhões FCFA, o que representa uma taxa de variação negativa (diminuição) de 43,1%.



As implicações negativas mais importantes são registadas nas médias empresas com 140 milhões de FCFA (-97,4%); micro empresas com quase 3 milhões FCFA (-69,7%) e pequenas empresas com 37 milhões de FCFA (-38,0%).

Notou-se um comportamento positivo na categoria de empresas individuais e grandes, que registaram um aumento do volume de negócios medio mensal de 0,15 milhões de FCFA (+33,3%) e 12 milhões de FCFA (+1,3%) respetivamente. A primeira categoria exerce no domínio de produção de blocos o que traduz provavelmente o aumento de pequenas obras. Quanto a segunda, a performance é atribuída a EAGB que registou um aumento do volume médio de negócios de 9,3%. O aumento assistido no volume de negócio da EAGB deve-se ao aumento de consumo de energia provocado por uma maior permanência das famílias em casa assim como as medidas de saneamento que vêm sendo tomadas a nível dessa empresa.

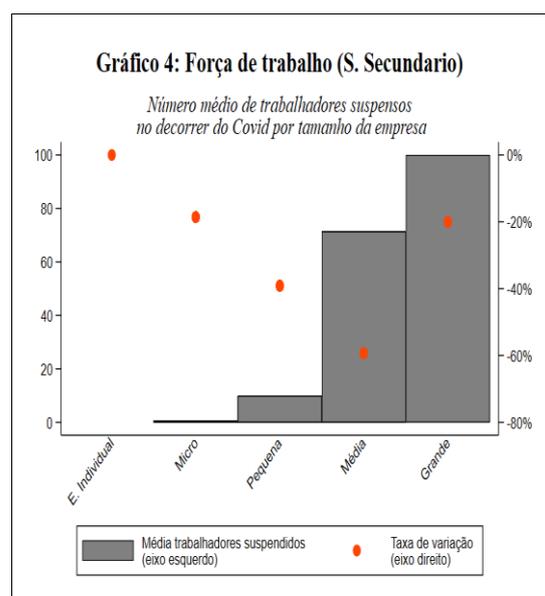


A agregação das empresas por subsectores prova que o impacto da crise sobre o volume de negócios em termos relativos varia muito, com taxas de variação entre 8,9% e -96,6%. Em termos absolutos os subsectores do setor secundário reduziram em média o seu volume de negócios como segue: construção em 155 milhões FCFA (-96,6%), agroindústria em 20

milhões FCFA (-88,7%) e indústria em 16 milhões FCFA (-35,6%). Estes resultados traduzem no essencial a quase estagnação das obras de construção de infraestruturas; a produção das unidades/fábricas de transformação da castanha de caju e as dificuldades de funcionamento de outras indústrias manufatureiras. O subsector da energia aumentou o seu volume de negócios médio em 51 milhões FCFA (8,9%). Todavia, esta situação disfarça a queda em algumas centrais elétricas nomeadamente nas regiões. Ainda não se dispõem de dados respeitantes ao subsector da indústria extrativa no que tangue ao volume de negócios.

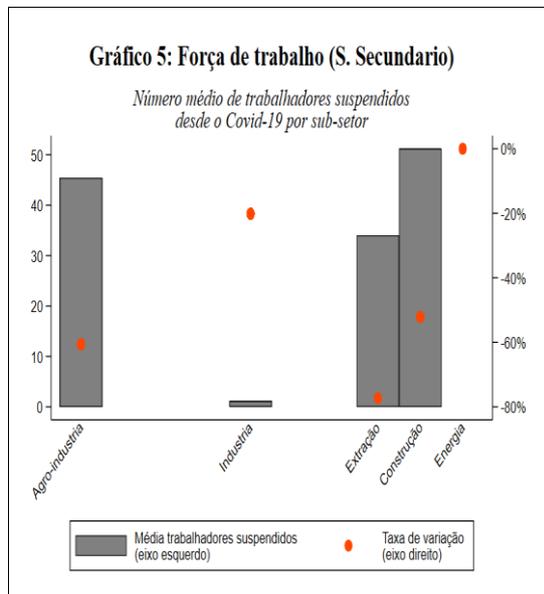
Impacto nos níveis de emprego

O emprego no setor secundário também viu-se afetado pela crise económica desencadeada pela COVID-19. O número de trabalhadores empregados nas 49 empresas do setor que responderam ao inquérito passou de 2 698 para 1 581, uma redução de 41,4%. A maioria (61,2%) das empresas respondentes neste setor não demitiram ninguém, 22,4% demitiram entre 10 e 99 trabalhadores, 8,2% mais de 100 trabalhadores, e 8,2% entre 1 e 9. Importa sublinhar que nas empresas onde se verificaram despedimentos, a taxa situou-se em torno de 50%.



O grosso dos despedimentos, em termos relativos, concentra-se nas médias e pequenas

empresas. As médias empresas inquiridas despediram em média 59,2% do pessoal e as pequenas 39,1%. Quanto às grandes e às micro empresas, os despedimentos são de 20% e de 18,6% do pessoal, respectivamente. O impacto na força de trabalho das empresas é muito variado.

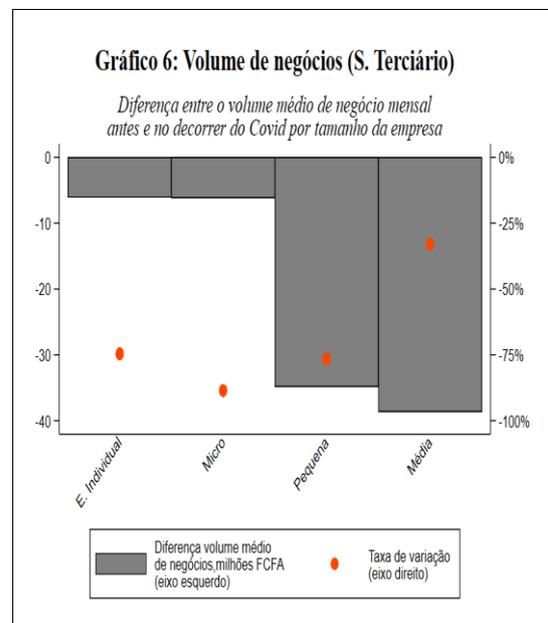


Analisando por subsetores, o inquerito mostra que o impacto da crise sobre o emprego em termos relativos é menor que sobre o volume de negócios, com taxas de variação entre 0% e -77,3%. Esta situação esconde, em muitos casos, uma realidade de incumprimento de obrigações salariais, na medida em que o inquerito revelou muitos atrasos salariais. Em termos absolutos as empresas do subsetor da agroindústria são aquelas que mais reduziram a sua força de trabalho, com uma média de 45 despedimentos (-60,6%). Seguem as empresas no subsetor da construção com uma média de 51 despedimentos (-52,1%) e as empresas do subsetor da extração que despediram 34 trabalhadores (-77,3%). Finalmente, as empresas do subsetor da indústria, com destaque para as indústrias manufactureiras, despediram em média, 1 trabalhador por empresa (-20,2%). No subsetor da energia não houve despedimentos.

2.3. Setor terciário

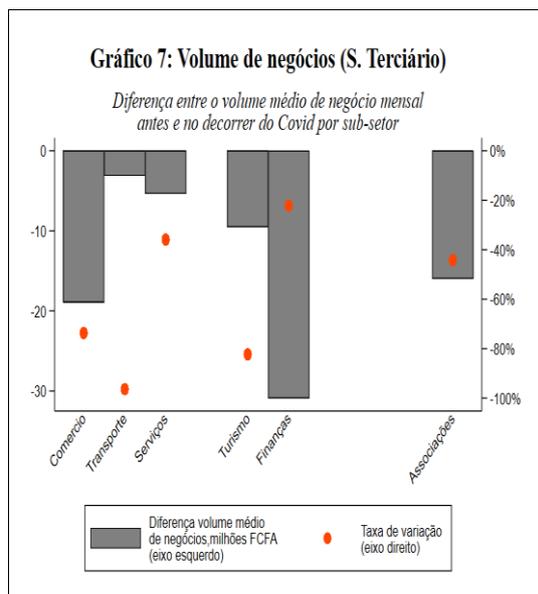
O setor terciário, conhecido por circunscrever as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia guineense, sendo que, há vários anos a composição do Produto Interior Bruto tem tido a participação expressiva deste segmento. De facto, a parte do valor acrescentado do setor terciário no PIB passou de 45,1% em 2015 para 51,9% em 2019.

A amostra do setor terciário compreende 339 empresas e associações. O volume de negócios medio mensal dos inqueridos caiu de 7,4 mil milhões FCFA no periodo antes da crise para 2,66 mil milhões FCFA durante a crise, o que representa uma redução de -64,1%. 95 perderam, em media mensal, entre 0 e 1 milhão FCFA; 131 perderam entre 1 e 10 milhões; 58 entre 10 e 100 milhões; e 8 mais de 100 milhões de FCFA. Por outro lado, 9 empresas e associações ganharam até um 1 milhão de FCFA; 4 ganharam entre 1 e 10 milhões FCFA.



As pequenas, micro e empresas individuais estão a ser as mais impactadas. Nas pequenas empresas a queda do volume de negócios em media mensal é de 34,8 milhões de FCFA (-76,5%), nas micro-empresas a perda média mensal é de 6,2 milhões de FCFA (-88,6%) e,

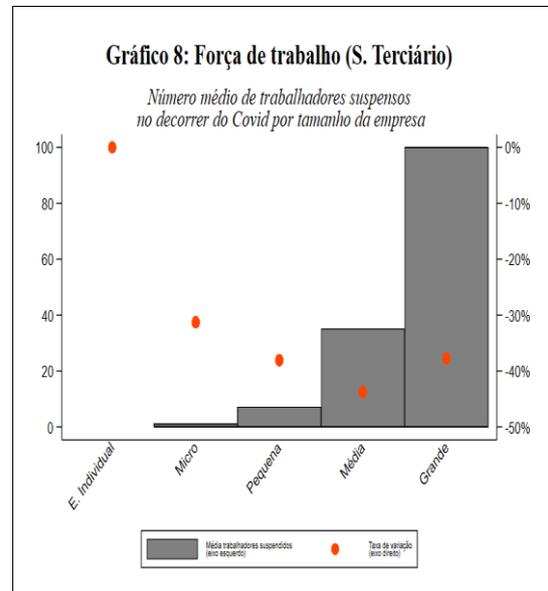
nas empresas individuais a perda média mensal é de 6,1 milhões FCFA (-74,6%). Nas médias empresas também se observou a mesma tendência de queda no volume de negócio mensal, com uma perda média de 38,6 milhões FCFA, muito embora de menor porte (-32,9%). Esta última constatação leva a crer que as médias empresas estão a resistir melhor a crise. Infelizmente, a categoria grande empresa do setor terciário não forneceu dados sobre o volume de negócios, apesar de várias diligências.



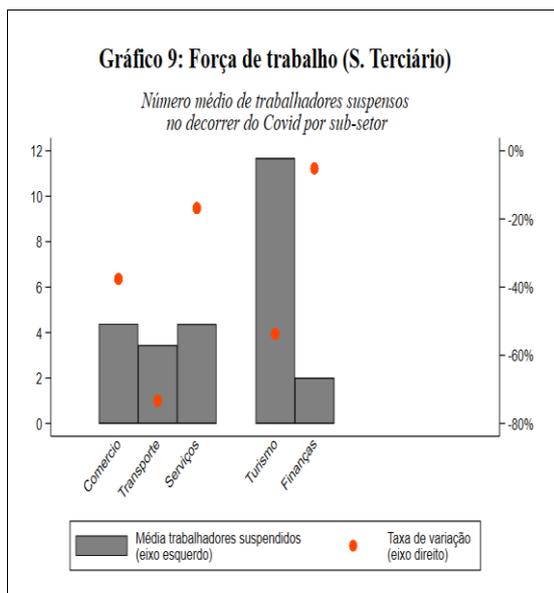
Analisando por subsectores, o impacto da crise sobre o volume de negócios varia entre -22,1% e -96,4%. Em termos absolutos as empresas respondentes do subsector comercio registraram uma quebra no volume de negócios em média mensal de 18,9 milhões FCFA. As associações perderam em média 15,2 milhões de FCFA. No subsector financeiro a diminuição do volume de negocios das empresas inqueridas em média mensal é de 30,9 milhões FCFA. No subsector de serviços é de 5,4 milhões FCFAs. O subsector do turismo perdeu 9,5 milhões FCFA em media mensal e o subsector transporte registrou uma queda média de 3,1 milhões FCFA no seu volume de negócios.

O emprego no setor terciário também viu-se afectado pela crise económica causada pela Covid-19. Os trabalhadores das empresas do

setor que responderam ao inquérito passaram de 4217 a 2475, uma redução do 41,3%. Na amostra recolhida 159 empresas não despediram ninguém, 117 despediram entre 1 e 9 trabalhadores, 40 entre 10 e 99, e 23 mais de 100 trabalhadores.



O grosso dos despedimentos no setor concentra-se nas pequenas e médias e empresas. As médias empresas inqueridas despediram uma média de 35 trabalhadores (-43,7%) e as pequenas 7 trabalhadores (-38,1%). Por outro lado, as micro empresas na amostra diminuíram a sua força de trabalho em 1 empregado em média (-31,3%) e as grandes empresas em 100 (-37,7%). Contudo, o impacto percentual da crise na força de trabalho das pequenas, médias e grandes empresas é similar, sendo as micro empresas aquelas que protegeram mais o emprego apesar do forte impacto da crise no seu volume de negócios.



Além disso, a desagregação por subsetores mostra que o impacto da crise sobre o emprego em termos relativos é menor que sobre o volume de negócios, com taxas de variação entre -5,1% e -73,3%. Em termos relativos o subsetor transporte é aquele que mais reduziu a sua força de trabalho, com 3 despedimentos em média (-73,3%). As empresas do subsetor do turismo despediram uma média de 12 trabalhadores (-53,7%), as do subsetor do comércio 4 (-37,6%), as dos serviços também 4 (-16,8%) e as do subsetor financeiro 2 (-5,2%).

3. ESTIMATIVA DAS IMPLICAÇÕES (MODELO TCHINTCHOR)

Há aproximadamente dois meses, o Comitê de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental (CEMO) atualizou as projeções de crescimento do país, prevendo uma contração de 1,9% do PIB real para o ano de 2020. Este trabalho do CEMO já tomava em conta os prováveis impactos da pandemia da COVID-19 na economia.

Para o presente estudo, os dados foram atualizados com base nos últimos desenvolvimentos da conjuntura económica. Os principais pressupostos assumidos neste exercício resumem-se no seguinte (vide caixa 1):

Caixa 1: principais hipóteses

- O nível da **produção da castanha de caju** para o ano 2020 foi revisto em baixa para se situar em 180 mil toneladas contra 213 mil toneladas projetada em setembro de 2019. Entre os fatores que sustentam essa revisão destacam-se a fraca produtividade dos pomares e a falta de mão-de-obra para colheita de caju;
- Embora o preço de referência tenha sido recentemente fixado em 375 FCFA/kg pelo Governo, as constatações no terreno sustentam a revisão para 325 FCFA como preço médio em substituição dos 403 FCFA no cenário antes do COVID-19;
- A quantidade da castanha de caju a exportar também foi revista para 130 mil toneladas contra 199 mil toneladas em setembro de 2019. Ainda de indicar a atualização da base tributária para 700 USD/T em oposição a 950 USD/T;
- No concernente a agricultura de subsistência/familiar, essencialmente arroz e milho, prevê-se um aumento a um ritmo equivalente a média anual (6,7%) registada nos últimos cinco anos (2015-2019). A queda perspetivada do rendimento dos agricultores – diminuição do preço e da colheita de caju –, não favorecerá a emergência de uma agricultura moderna (aquisição de máquinas e equipamentos);
- Aumento das despesas correntes, de 115,8 para 159,0 mil milhões de FCFA, traduzindo, em parte, os esforços do governo na melhoria das condições sanitárias e no combate a fome

nomeadamente através do fornecimento de bens alimentares à população;

- Os investimentos públicos foram revistos em baixa de 51,8% para se situar em 38,2 mil milhões de FCFA (dos quais 2 mil milhões de financiamento interno) devido, de um lado, ao abrandamento perspetivado na execução certos projetos em curso e, por outro lado, ao contexto internacional pouco favorável.

3.1. Setor real

Com base nas hipóteses acima expostas, o crescimento económico em 2020 registrará um recuo acentuado para se situar em -2,9% em 2020 contra 5,6% projetado em setembro de 2019. Esta contração perspetivada deve contudo decorrer num clima de inflação moderada, estimada em 2%.

Gráfico nº10: previsão do crescimento do PIB real para 2020



O **setor primário** crescerá apenas de 0,1% contra 5,3% inicialmente previsto sob o efeito da revisão para -15,5% da produção da

castanha de caju em relação as projeções de setembro de 2019. Os outros subsectores, sobretudo, o da agricultura de sobrevivência, conservarão a tendência positiva observada globalmente nos últimos cinco anos. Entretanto, esse desempenho não será suficientemente robusto para manter o dinamismo do setor.

Quanto ao **setor secundário**, a revisão do seu crescimento para -4,1% traduz a repercussão negativa em todos os seus subsectores do péssimo desempenho do setor primário, exceto no da eletricidade, água e saneamento (+5%). De facto, o setor primário além de ser um dos setores mais importantes na economia guineense, ele desempenha um papel de catalisador fundamental para os outros dois setores.

O setor terciário não estará isento deste contexto de recuo global. Prevê-se um decréscimo de -2,7%, sendo as quedas mais importantes esperadas nos subsectores da telecomunicação (-14,0%), dos serviços financeiros e de seguros (-10,6%) e nos outros serviços que inclui restauração e hotelaria (-5,2%).

3.2. Finanças públicas

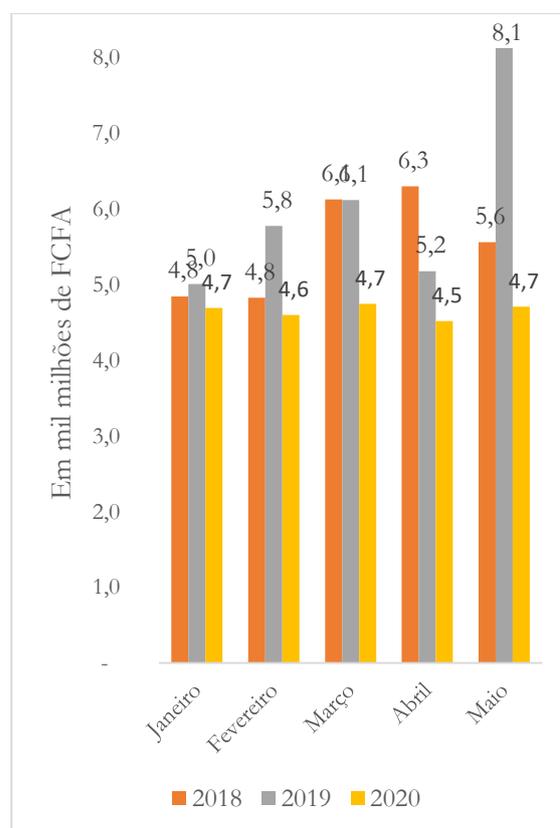
As implicações negativas da crise sanitária far-se-ão igualmente sentir nas Finanças Públicas. A previsão das receitas totais e donativos em 2020 foi revista para 113,2 mil milhões de FCFA contra 164,1 mil milhões de FCFA anunciados em setembro de 2019.

Esta diminuição de 31,0% está relacionada com as quedas antecipadas nas receitas fiscais (-31,1%), traduzindo, de um lado, a redução da quantidade de castanha de caju a exportar bem como a revisão em baixa da base tributaria. Por outro lado, as quedas do volume de negócios das empresas, observados no inquérito. A corte realizada nos donativos (-42,4%) é também um outro elemento não menos importante sustentado pelo contexto internacional menos desfavorável.

A corte realizada nos donativos (-42,4%) é também um outro elemento não menos importante sustentado pelo contexto internacional menos desfavorável.

Uma análise comparativa do desempenho das duas régis financeiras (DGA e DGCI) nos cinco primeiros meses (janeiro a maio), entre 2018, 2019 e 2020 reforça esta hipótese (vide gráfico nº11).

Gráfico nº 11: receitas da DGA e DGCI nos primeiros cinco meses dos anos 2018 a 2020



No concernente as despesas, elas poderão situar-se em 197,1 mil milhões de FCFA em 2020, ligeiramente acima dos 195,0 mil milhões considerados em setembro de 2019. As dotações para as despesas correntes sofreram um aumento de 37,3% em perspectiva das despesas que o governo suportará no âmbito do combate ao COVID-19. Os investimentos, sobretudo, com recurso externos, foram projetados em diminuição de 51,8%.

O déficit global deveria se situar em 83,9 mil milhões de FCFA, ou seja -10,3% do PIB nominal em 2020.

3.3. Setor externo

O saldo da balança de pagamento apresentará um déficit de 32,9 mil milhões de FCFA face a um *superavit* de 9,7 mil milhões de FCFA, estimado em setembro de 2019. Este agravamento decorrerá da degradação do saldo da conta das transações correntes (-84,2 vs -66,1 mil milhões de FCFA) e da diminuição do saldo da conta de capital (15,2 mil milhões vs 48,2). Contudo, o impacto destas evoluções será minimizado pela entrada de capitais a título da conta financeira (36,1 mil milhões de FCFA vs 27,6).

O **défice da conta de transações correntes** é explicado pelo agravamento do déficit da balança comercial (-133,8 versus -125,7 mil milhões estimado em 2019), pela queda do rendimento primário líquido (11,7 versus 12,2 mil milhões de FCFA estimado em 2019) e do rendimento secundário líquido (37,8 versus 47,4 mil milhões de FCFA estimado em setembro 2019).

A **conta de capital** registará um saldo de 15,2 mil milhões de FCFA um forte recuo em relação aos 48,2 mil milhões de FCFA estimados em 2019, refletindo assim a diminuição de mais de metade dos investimentos especialmente com recursos externos.

Em fim, no respeitante ao **saldo da conta financeira** que prevê uma entrada em termos líquidos de 36,1 mil milhões de FCFA em 2020 contra 27,6 mil milhões de FCFA inicialmente perspectivados, o incremento será explicado essencialmente pelas emissões das obrigações e bilhetes de tesouro.

3.4. Setor monetário

A massa monetária poderá atingir os 370,4 mil milhões de FCFA, abaixo dos 417,4 mil milhões previstos em setembro de 2019.

O valor de 216,9 mil milhões de FCFA

retidos para os **ativos externos líquidos** é corroborado pela queda prevista na exportação de castanha de caju, atenuada pelo financiamento excepcional que o Governo poderá receber dos seus parceiros no âmbito do combate ao COVID-19.

O **crédito interno**, deverá atingir os 202,3 mil milhões devido ao incremento de 1.7 mil milhões de FCFA previstos no *stock* do crédito líquido à Administração Central bem como um acréscimo de 2,9 mil milhões de FCFA do crédito à economia.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusão

A crise sanitária afetou de forma geral a atividade económica nacional, muito embora a dimensão do prejuízo varia tendo em conta a sensibilidade do sector. Os canais de transmissão são aquelas tradicionais, uns provenientes de mutações a nível externo e outros, verificados internamente.

No âmbito externo, a economia está a ser afetada pela queda na procura global com destaque para a castanha de caju, bem como por uma queda acentuada perspectivada no investimento direto estrangeiro, ajuda apoio pública ao desenvolvimento e nas transferências de emigrantes. Neste último canal de transmissão, a diminuição poderá não ser tão acentuada na medida em que se espera que esforços serão preservados pelos emigrantes com vista a financiar a aquisição de bens de primeira necessidade aos familiares residentes no país.

Internamente, as medidas para restringir a circulação de pessoas, de bens e a realização da atividade económica, adotadas e aplicadas para limitar a propagação do vírus, estão a causar um recuo da atividade económica em todos os setores, principalmente os setores do transporte, com destaque para os transportes urbanos e entre as regiões, turismo, restauração e hotelaria, comércio, indústria, construção e obras-públicas, bem

como o setor financeiro (bancário e não bancário).

A estimativa das implicações com o modelo *Tchinchor*, sustentam uma contração do PIB real em 2,9% contra as projeções 5,6% em setembro de 2019, tudo num clima de preços ao consumidor com tendência crescente e a deterioração da situação das Finanças Públicas, traduzido num Saldo Global estimado em -83,9 mil milhões de FCFA, ou seja -10,3% do PIB nominal em 2020.

Quanto as perspectivas, os riscos continuam elevados. A amplitude do impacto dependerá muito da duração da pandemia. Se a pandemia continuar e piorar, o país entrará numa recessão ainda mais profunda, com efeitos devastadores na saúde, educação e no bem-estar da população. O impacto da pandemia aumentará significativamente a vulnerabilidade do país no que tange ao endividamento. De facto, face a necessidade de financiar as despesas sentir-se-á a necessidade de recorrer cada vez mais aos empréstimos para financiar os défices orçamentais maiores. A queda das receitas pode levar à redução de serviços públicos essenciais durante a pandemia e reduzir ainda mais a atividade económica.

Por último e para sintetizar, esta crise entre outros efeitos negativos irá contribuir no aumento da insegurança alimentar, do desemprego e do nível da pobreza.

4.2. Recomendações

A realização do estudo permitiu concluir que os efeitos negativos da crise estão refletidas em todos os sectores da atividade económica, cuja amplitude varia de acordo com a sensibilidade do sector e também de acordo com a incidência das medidas aplicadas no âmbito da prevenção e luta contra a pandemia.

Tendo consciência de dificuldades em contrariar aos flagelos da crise em todos vertentes e sectores, em decorrência da capacidade limitada em financiar a estratégia da luta de relançamento da economia e consequente atendimento das questões sociais, as

intervenções devem orientar-se nos domínios com capacidade de levar de arrastão os outros sectores.

As incertezas sobre o tempo da persistência da COVID 19 dificultarão a adoção de medidas que contrariará a tendência descendente da atividade económica, sobretudo as medidas de longo prazo.

Apesar de ser muito nebuloso os parâmetros para a realização das previsões sobre a evolução da crise, somos confrontados com as necessidades de propor medidas visando mitigar os impactos da crise e atenuar os potenciais riscos da mesma. A fim de mitigar a incerteza que afeta as previsões sublinha-se a necessidade de continuar a monitorar os impactos do Covid-19 nos diferentes setores da economia. Assim as políticas económicas de relance poderão se adaptar aos futuros desenvolvimentos da situação económica. Sublinha-se também que o efeito final do COVID-19 sobre a economia de Guiné-Bissau vai depender da duração da pandemia

Além disso, e a fim de implementar políticas adaptadas aos específicos contextos geográficos e as necessidades das suas comunidades, recomenda-se melhorar a colheita de dados nas regiões. Por outro lado, aumentar a informação sobre o desempenho das grandes empresas, no panorama de crise atual, ajudaria na formulação de políticas de apoio às mesmas.

O Programa de Financiamento à Economia, elaborado pelo Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, será um instrumento importante através dos projetos nele constante para o relançamento da economia.

Assim propõe-se o seguimento das seguintes linhas estratégicas para o desenho das políticas económicas de relançamento da economia e atividade económica das

empresas, em função das conclusões do presente estudo:

- Priorizar o apoio as empresas mais afetadas pela pandemia com planos de recuperação que possam ajudar ao crescimento da economia a longo prazo, ou seja aquelas que preveem investir em formação de capital fixo e humano;
- Condicionar a concessão de créditos a apresentação de planos de recuperação criação de novos postos de trabalho e apresentação de plano de contabilidade;
- Priorizar os apoios com base nos seguintes critérios por ordem de importância: 1) apoiar o setor secundário dado o seu potencial na promoção do desenvolvimento económico; 2) priorizar os subsectores que sofreram a maior queda do volume de negócio (agroindústria, construção, transporte, turismo e hotelaria, etc.); 3) direcionar as medidas de relançamento das micros, pequenas e médias empresas, que sofreram maior queda relativa do volume de negócio mas conservaram o posto de trabalho.

Entre várias medidas para reforçar a resiliência da nossa economia, sugere-se as seguintes:

- Melhorar e reforçar o investimento público (construção de centros de saúde; aquisição de equipamentos de saúde e formação) com vista a tornar acessíveis os serviços de saúde de qualidade, saneamento básico e proteção social;
- Promover, através de incentivos e acesso ao crédito, a transformação local dos nossos produtos;
- Promover a diversificação das exportações por intermédio de mecanização da produção agrícola e criação de frota nacional de pescas;
- Propiciar o clima de investimento com vista ao desenvolvimento do setor privado e atração de novos investimentos;
- Diversificar as fontes de financiamento da economia tendo em conta a fraca capacidade de sustentabilidade da nossa dívida externa;
- Prorrogar os prazos para pagamento dos impostos;
- Eliminar as multas e penalidades devidas no período da pandemia.

ANEXOS

Anexo 1: Número de empresas e associações inqueridas por setor e subsetor

| Subsetor | Setor | | |
|---------------|------------|------------|------------|
| | Secundário | Terciário | Total |
| Agroindústria | 12 | 0 | 12 |
| Comercio | 0 | 193 | 193 |
| Transporte | 0 | 64 | 64 |
| Serviços | 0 | 19 | 19 |
| Industria | 23 | 0 | 23 |
| Turismo | 0 | 36 | 36 |
| Banco/Seguro | 0 | 6 | 6 |
| Extração | 1 | 0 | 1 |
| Construção | 10 | 0 | 10 |
| Energia | 3 | 0 | 3 |
| Associações | 0 | 21 | 21 |
| Total | 49 | 339 | 388 |

Anexo 2: Número de empresas e associações inqueridas por setor e tamanho.

| Setor | Tamanho | | | | | Total |
|--------------|---------------|------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | E. Individual | Micro | Pequena | Média | Grande | |
| Secundário | 1 | 23 | 12 | 11 | 2 | 49 |
| Terciário | 9 | 212 | 76 | 20 | 22 | 339 |
| Total | 10 | 235 | 88 | 31 | 24 | 388 |

Anexo 3: Número de empresas e associações inqueridas por setor e região

| Região | Setor | | |
|----------------|------------|------------|------------|
| | Secundário | Terciário | Total |
| Tombali | 1 | 1 | 2 |
| Quinara | 1 | 9 | 10 |
| Biombo | 2 | 57 | 59 |
| Bolama Bijagós | 0 | 2 | 2 |
| Bafatá | 1 | 16 | 17 |
| Gabu | 1 | 23 | 24 |
| Cacheu | 4 | 8 | 12 |
| SAB | 39 | 223 | 262 |
| Total | 49 | 339 | 388 |

Anexo 4: síntese dos principais indicadores macroeconómicos resultantes da projeção com o modelo “Tchintchor”

| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | |
|--|-----------------------|--------|--------|-----------------------|-----------------------|
| | | | | Previsão de Set. 2019 | Previsão de Maio 2020 |
| Sector real | | | | | |
| | (em variação anual) | | | | |
| PIB real (base 2015) | 4,7% | 3,4% | 4,5% | 5,6% | -2,9% |
| Secteur primaire | 3,9% | 1,3% | 7,1% | 5,3% | 0,1% |
| Noix de cajou | 3,4% | -7,8% | 9,5% | 5,0% | -11,0% |
| Secteur secondaire | 8,2% | 4,0% | 2,4% | 7,4% | -4,1% |
| Secteur tertiaire | 5,5% | 4,0% | 4,3% | 5,0% | -2,7% |
| IHPC | 1,1% | 1,4% | 0,2% | 1,0% | 2,0% |
| Conta Externa | | | | | |
| | (em mil milhões FCFA) | | | | |
| Exportações de bens FOB | 197,5 | 188,6 | 142,4 | 160,8 | 80,9 |
| Exportação da castanha de cajú | 189,1 | 135,1 | 135,2 | 156,0 | 76,8 |
| Importações de bens FOB | 169,2 | 162,9 | 208,4 | 207,8 | 145,7 |
| Balança de serviços | -69,8 | -69,4 | -67,4 | -78,6 | -68,9 |
| Saldo global da balança de pagamento | 18,5 | 8,9 | -15,2 | 9,7 | -32,9 |
| Situação Monetária Integrada | | | | | |
| | (em mil milhões FCFA) | | | | |
| Activos externos líquidos | 226,2 | 233,7 | 217,5 | 263,7 | 216,9 |
| Credito interno | 225,5 | 173,0 | 197,8 | 200,5 | 202,3 |
| Massa monetária | 344,2 | 365,0 | 366,0 | 417,4 | 370,4 |
| Finanças publicas | | | | | |
| | (em mil milhões FCFA) | | | | |
| Receitas orçamentais | 100,8 | 98,3 | 105,6 | 117,1 | 86,1 |
| Receitas tributarias | 81,3 | 77,6 | 79,1 | 86,9 | 59,9 |
| Receitas não tributarias | 19,5 | 20,7 | 26,5 | 30,1 | 26,2 |
| Donativos | 42,8 | 30,3 | 24,5 | 47,1 | 27,1 |
| Despesas totais e empréstimos líquidos | 155,3 | 164,3 | 161,8 | 195,0 | 197,1 |
| Despesas correntes | 100,4 | 105,4 | 123,6 | 115,8 | 159,0 |
| Despesas capitais s/ recursos orçamentais | 2,2 | 2,1 | 1,8 | 5,1 | 2,0 |
| Despesas capitais s/ recursos externos | 52,7 | 56,8 | 36,4 | 74,1 | 36,2 |
| Saldo global (incl. Donativos) | -11,6 | -35,7 | -31,7 | -30,9 | -83,9 |
| Estoque da Dívida Pública | | 353,9 | 452,8 | | 527,0 |
| | (em % de PIB) | | | | |
| Receitas orçamentais | 11,8% | 11,8% | 12,4% | 12,8% | 10,6% |
| Despesas totais e empréstimos líquidos | 18,2% | 19,7% | 19,0% | 21,3% | 24,2% |
| Saldo global (incl. Donativos) | -1,4% | -4,3% | -3,7% | -3,4% | -10,3% |
| Estoque da Dívida Pública | | 42,3% | 53,3% | | 64,7% |
| Memorandum | | | | | |
| PIB nominal (em mil milhões FCFA) | 853,6 | 836,0 | 850,2 | 916,5 | 814,3 |
| Produção de caju (em mil toneladas) | 189,7 | 185,0 | 202,5 | 212,6 | 180,0 |
| Exp. de caju oficial (em mil toneladas) | 167,0 | 146,0 | 195,5 | 192,0 | 130,0 |
| Preço médio ao produtor de caju (em FCFA/kg) | 821,0 | 474,0 | 351,0 | 403,0 | 325,0 |
| Preço de exportação de caju (em USD/ton) | 1950,0 | 1684,0 | 1096,0 | 1300,0 | 900,0 |